

Abertura da reunião: nove horas e trinta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

Data: 10 de julho de 2020 -----

Local: Salão Nobre do Edifício Sede do Município -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

Vice-presidente: António Manuel Almeida Rego da Silva

Vereadores: Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

Secretário: Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social, António José da Silva Fernandes

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O vice-presidente António Silva, disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 132 de 09 de julho de 2020, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 26 de junho e 6 de julho de 2020. -----

Referiu que o senhor presidente não está presente pelo motivo de gozo de férias. -----

Começou por dizer que, para conhecimento dos senhores vereadores, foram distribuídas, na reunião anterior, três atas e esta semana foram enviadas mais duas para apreciação. Pediu que as analisem para, na próxima reunião do órgão executivo colegial, serem aprovadas. -----

Relativamente ao caso da pessoa infetada com a Covid-19, pelas informações que lhe têm chegado, está a correr tudo bem e as cerca de trinta e quatro pessoas que foram testadas e cujos resultados foram negativos, até ao momento, não manifestaram sinais da doença. -----

Conforme tinha sido dito, em reunião anterior, pelo senhor presidente da câmara, foi decidido não abrir as piscinas municipais e não houve qualquer alteração a essa vontade.

Em relação ao ginásio está a decidir-se o que vai acontecer. -----

Referiu que as limpezas das vias continuam a ser efetuadas e, para o efeito, contrataram-se quatro equipas, como já havia sido referido. No que diz respeito à retificação de algumas estradas, à entrada do concelho, concretamente, em Fontelo, Aldeias e Queimada, os trabalhos, já, terminaram. Também, foram feitos alguns arranjos junto do Marmelal e Vila Seca, até ao dia de ontem e, atualmente, encontram-se na zona da Lapinha, Cardais e Duade e irá ser dada continuidade. -----

Quanto à situação que ocorreu na ATAR referiu que a associação foi, completamente, reembolsada. No diz respeito ao funcionário, o mesmo regressou, na semana anterior, ao trabalho e está a desenvolver funções nos armazéns municipais. -----

Vereador Luciano Gomes, perguntou se o trabalhador, em questão, justificou o que fez.

Vice-presidente António Silva, disse que não sabe responder à questão porque isso sucedeu dentro da associação e não se preocupou em procurar. Valorizou o facto de ter sido repostos aquilo que foi retirado. Embora não apague o que foi feito, pelo menos, atenua. -----

Vereador Jorge Rodrigues, como o senhor vice-presidente disse que já começaram a tapar “os buracos” nas estradas, na zona de Fontelo, Aldeias e Queimada, ainda, não viu mas verificou que andam na Lapinha, o que, já, não era sem tempo. Depois de muitas reclamações e pedidos do seu partido, quer nas reuniões da câmara municipal, quer nas sessões de assembleia, finalmente, começaram a tapar “os buracos”. Espera que estejam a aplicar material de qualidade e que se aguente algum tempo. Procurou saber quanto é que custa a tonelada do material para esses trabalhos. Se calhar, há estradas que pela quantidade de vezes que são remendadas se colocassem o tapete, poupava-se dinheiro, a longo prazo. O senhor vice-presidente, também, disse que fizeram reparações no

Marmelal, Vila Seca e Santo Adrião, pelo que perguntou se é mesmo verdade porque esteve, a verificar algumas situações graves que existem naquela zona, e até gostava de ter alguns esclarecimentos sobre isso pois não se apercebeu de qualquer intervenção. Segundo consta abriram uma conduta desde o Marmelal até ao Hotel Vila Galé, pelo que, perguntou se, em Santo Adrião e, principalmente, no Marmelal a conduta tem capacidade para sustentar tantos empreendimentos. Já aconteceu em picos de Verão e no início das vindimas a população não ter água. Questionou, ainda, se o rasgo efetuado para levar a água para o empreendimento Vila Galé foi feito por uma empresa privada. No caso de ter sido, o porquê de ter acontecido e quem o pagou. Pelo que consta a empresa abriu a vala e, depois, a câmara tapou-a. É preciso esclarecer esta situação porque a população está com muitas dúvidas. Também lhe disseram que tinha havido um acordo com esse empreendedor em que este se comprometeu a pagar uma parte da intervenção na estrada que vai da marginal até ao hotel. Perguntou se é verdade. O senhor presidente da câmara tinha garantido que essa obra ia ser feita até ao cruzamento do Tedo, desde Santo Adrião, por Vila Seca, mas nada se fez. Aquela estrada está um caos e é uma vergonha como deixam que isso aconteça numa zona turística e tão bonita. É inadmissível. -----

Vice-presidente António Silva, sem querer interromper a intervenção do senhor vereador Jorge, como acabou de saber que este completa mais um ano de vida, em seu nome pessoal e do executivo desejou-lhe os parabéns e um dia muito feliz. -----

Vereador Jorge Rodrigues, prosseguiu dizendo que aquela estrada está em péssimo estado, desde o piso à limpeza das valetas. O que está, também, a acontecer, naquela zona do Marmelal, e as pessoas estão a contestar bastante é a estrada que vai para o Pai Calvo. Quem vem de baixo para cima está alcatroada e a que tem mais movimento e serve de acesso a uma habitação não está encontrando-se em péssimas condições. Perguntou por que é que isto acontece. No seu entender, a maioria, que tem pelouros

deveria passar com mais frequência nas obras para verificarem o que se passa. Por exemplo, verificarem se o rasgo que fizeram no Marmelal, ao pé do café, está bem feito. O que sucede é que dali para baixo nem sequer está tapado. Outra situação diz respeito à estrada com trânsito proibido a pesados. Acontece que isto não é para todos porque o camião dos lixos e o autocarro passam e, segundo a população aquela estrada não tem risco algum, no Verão. O problema que existe, ali, tem a ver com a queda de terras e no verão não há esse risco. Sobretudo, no período de vindimas era importante abrirem o trânsito a veículos pesados. Voltando à sua intervenção inicial referiu-se à barragem de Lumiães, dizendo que neste período em que as piscinas estão fechadas, podiam arranjar condições mínimas para as pessoas usufruírem daquele lago. Há pessoas que já vão para lá e a câmara não nada faz. Onde está a higiene? Poderiam alugar umas casas de banho para colocar na zona envolvente e depositar uns camiões de areia para retificar um local para as pessoas estarem mais à vontade. Propôs que se aproveite aquele espaço para lazer. Está a perder-se uma oportunidade, muito grande, de mais uma vez, na área do turismo, ter para oferecer um espaço natural e tão bonito. -----

Perguntou, ainda, pelas obras de administração direta, cuja relação nunca apareceu apesar do compromisso, de todos, em a apresentarem. -----

Quanto às piscinas municipais, parece que o senhor vice-presidente deu a entender que a decisão de abrir, ou não, depende dos comentários. Isto foi mal pensado desde o início. É claro que tudo o que se faça para evitar a propagação da doença deve ser feito, mas poderiam ter encontrado outras alternativas, como por exemplo, fazer marcações por telefone. Em vez de as pessoas estarem, lá, muito tempo limitavam os períodos de permanência. Disse que ficou surpreendido quando o senhor presidente comunicou, essa decisão, na reunião anterior, sem sequer, trazer o assunto a votação. Perguntou o que é que estão a fazer os funcionários afetos a esse serviço ou se têm falta de funcionários para criar um processo desta envergadura. Disse que ouviu comentar que

as piscinas não abrem porque estão com problemas estruturais graves e é isso que leva a crer ao deixarem um investimento daqueles, vazio e a estragar-se. -----

Em relação às limpezas que estão a fazer nas estradas, o senhor vice-presidente disse que foram contratadas quatro empresas, pelo que perguntou se o custo dos trabalhos é ao metro ou ao quilometro. Concretamente, qual foi o compromisso deles. Se foi limpar, as valetas ou se foi cortar o mato e deixar os resíduos nas mesmas. Nota-se que há diferenças nos serviços efetuados de umas empresas para as outras. Na zona industrial o serviço está feito de uma forma e em Contim de outra, pelo que procurou saber se o serviço é fiscalizado, se existe caderno de encargos e quanto é que custou. Continuou dizendo que, mais uma vez, os munícipes são penalizados porque a máquina que devia estar eficaz e a funcionar, esteve um ano à espera para ser concertado o braço do trator. Parece que esteve este tempo fora, no distrito de Bragança e, depois, acabou por vir para uma empresa local onde foi reparada e, segundo consta o objetivo, já, era tirarem mais-valias desse negócio. Não percebe como isso é possível. Como é que deixam uma empresa ficar com um equipamento um ano, para compor, e não pedem responsabilidades. -----

Depois, falou do projeto do insucesso escolar referindo que, na última sessão de assembleia municipal, não se falou do assunto, mas devia. Procurou saber como é que está a correr o projeto e perguntou o que é necessário para ter acesso ao mesmo. - Questionou, ainda, onde é que se gasta o dinheiro, quem o gere e quem é que contrata as pessoas e se estas estão a trabalhar, ou não. Se estiveram ausentes, neste período, de pandemia e se os contratos passam para a frente. Precisa de saber pormenores sobre este projeto uma vez que está envolvido tanto dinheiro e as melhorias, no ensino, são poucas. No ranking das escolas é preciso verificar o que é que está mal. Lembrou uma intervenção da última assembleia municipal onde foi dito - “nós não escolhemos os alunos”. Então estão a chamar os alunos de Armamar de burros pois foi esta a resposta

principal que deram sobre este ranking. É caso para dizer que os alunos, também, não escolhem os professores. -----

Vice-presidente António Silva, disse que poderá haver algumas questões às quais não conseguirá responder, ao senhor vereador, em pormenor e no imediato. Relativamente à questão da intervenção nas estradas referiu que o material é fornecido à tonelada por uma empresa de Mangualde e, já, vem preparado para ser aplicado. De momento, não sabe adiantar o preço por tonelada. Quanto ao Marmelal disse que teve oportunidade, de acerca de quinze dias, ir verificar toda aquela situação desde o alto da localidade, onde começou a ligação da água, atravessando a povoação e descendo pela rua atrás do cemitério. Percorreu as estradas que andam por dentro das propriedades. Efetivamente, foi feita uma ligação de água e do conhecimento que tem, da responsabilidade do município foi até, mais ou menos, perto do cemitério que é onde a estrada está alcatroada e deteriorada, principalmente, aquela rua no meio do Marmelal. Daí para baixo como foi feito no caminho rural o estrago é menor. A sua opinião é de que a abertura da vala em vez de terem sido feita pelo meio da estrada poderia ter sido pelo extremo de modo a causar menos danos. Não sabe se era possível, mas quem acompanhou o trabalho é que poderá dizer. Informou de que, na semana anterior, foram dadas instruções aos serviços para fazerem as retificações e para não saírem de lá sem o trabalho estar terminado. Disse, ainda, que não tem a noção se foi uma empresa privada a abrir a vala, mas ficou com a ideia de que os proprietários do empreendimento assumiram os custos da reparação da estrada do cemitério para baixo. Contudo, o senhor presidente dará mais esclarecimentos pois foi ele quem acompanhou este processo. Quanto ao acordo, o senhor presidente tinha dito que enquanto não terminassem as obras que envolvem meios mais pesados, não iria ser feito o acesso. Julga que os trabalhos, ainda, não terminaram porque teve oportunidade, quando, lá, passou, de ver muitos camiões a circular. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que não percebeu bem quem fez a abertura da vala. ----

Vice-presidente António Silva, segundo o que lhe foi transmitido pelo senhor presidente da junta e pelo secretário da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, até ao cemitério a abertura da vala foi da responsabilidade do município e daí para baixo de uma empresa privada. Pelo menos, foi este o entendimento que teve. Quanto à estrada para o Pai Calvo não sabe ao que se refere uma vez que este lugar fica desviado da povoação do Marmelal. Tem um acesso pelo meio da povoação que está alcatroado que, no inverno passado, sofreu uma derrocada causando alguns constrangimentos, mas foi feita a limpeza da via, na altura. Também, sabe que se comenta na freguesia que o empreendimento ofereceu à câmara 250 mil euros de compensações, para serem distribuídos pela freguesia e isso não corresponde à verdade. O que sucedeu foi que o empreendimento pagou 250 mil euros de impostos de transações que reverteram a favor do município e esse dinheiro foi dirigido para o pagamento do empréstimo de curto prazo. Quanto ao fornecimento de água, foram discutidos, desde o início, os problemas que daí poderiam advir. É uma grande quantidade de m³ de água que passam por Vila Seca, antes de descer ao Marmelal e em caso de necessidade existe uma torneira em Vila Seca para salvaguardar a situação. No entanto, está para ser instalado um depósito de água na zona de Vila Seca para retenção da água. Em relação ao facto de a estrada estar interdita a veículos pesados referiu que, como é sabido, há três ou quatro anos, aquela estrada apresentou algumas patologias. Na altura, foram chamados técnicos, independentes e externos, de uma entidade ligada à CCDN para verificarem as patologias da estrada e “nos” dissessem o perigo que poderiam representar. Após a avaliação da situação disseram que não viam grandes constrangimentos, embora quisessem aquela zona limitada e vedada e aconselharam que fosse encontrada outra alternativa para veículos de grande porte. Nessa altura, a Transdev fazia por ali a carreira e apercebendo-se da situação e no seguimento de alguns alertas dos passageiros

vieram ao local verificar as condições da via e decidiram que, por questões de segurança iam deixar de fazer a passagem dos autocarros por ali, contudo encontrariam um transporte alternativo, como veio a acontecer. O município, também, deixou de fazer por ali o transporte dos alunos, nas viaturas pesadas. Disse que não se apercebeu se existe algum sinal de proibição de transportes pesados mas vai falar disso com o senhor presidente para saber o que se passou, no ano anterior, na época das colheitas e o que está previsto para este ano. Quanto às obras por administração direta nada mais quis acrescentar. Se a resposta não é dada, alguém tem de dizer algo sobre isso. Em relação à barragem de Lumiares referiu que esta é propriedade exclusiva do Ministério da Agricultura. A entidade que supervisiona e que pode fiscalizar, autorizar e acompanhar é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e a ARH-Norte. Contou que por ter sido questionado por algumas pessoas sobre a tipologia daquela infraestrutura foi procurara informações e soube que se trata de uma barragem para captação de água com algumas características. Conforme a tipologia a polícia marítima pode intervir, conjuntamente, com a APA, como acontece na barragem do Vilar. Disse que teve a preocupação de saber se havia, ali, algum tipo de absorção de água, à semelhança da existente nas piscinas, que tem dado origem a alguns acidentes mortais, causados por sucção e, segundo indicações do engenheiro Alves, pessoa que supervisiona as águas de Portugal, a água é feita, apenas, por declive, pelo que, esse perigo não existe. Também o informou de que estão proibidas embarcações a motor por se tratar de uma zona de captação de água e quanto à frequência de banhos no entendimento dele, com algumas reservas, não podem acontecer. No entanto, aconselhou-o a fazer estas questões à APA pedindo-lhes que venham, de imediato, ao local verificar o que está a acontecer e informar se a frequência de pessoas ao local pode continuar, ou não, e em caso afirmativo que digam quais as condições. Disse que deu instruções aos serviços para questionarem a APA nesse sentido pois está muito preocupado com a segurança que aquele espaço requer. --

Vereador Jorge Rodrigues, questionou o porquê de, só, se preocuparem, agora, passados tantos anos, em saber se pode haver frequência de pessoas. -----

Vice-presidente António Silva, disse que em tempos fizeram uma pista de moto quatro e jipes naquela zona e, na altura, o município interveio, no sentido de solicitar a quem supervisiona que atuasse. O município não pode atuar onde não tem jurisdição, assim como não pode chegar ao local e colocar umas placas a dizer que é proibido nadar. -----

Vereador Luciano Gomes, perguntou se, já, alguém contactou o responsável da Gesticça, uma vez que uma parte da barragem faz parte da zona de caça turística. -----

Vice-presidente António Silva, em relação à não abertura das piscinas referiu que ninguém toma decisões em função daquilo que é dito nas redes sociais. Apesar de haver reclamações, foi determinado não abrirem. Foi uma decisão que se tomou e nada tem a ver com o tanque porque este, ainda, no ano anterior foi reparado e pintado. Defende que para não se andar sempre com pinturas a piscina seja fibrada ou leve uma tela, para se resolver o assunto em definitivo. -----

Quanto à contratação para limpeza das valetas, fez saber que se contrataram quatro equipas, até ao montante de cinco mil euros. Sabe que a equipa dos roçadores tem um custo de cerca de 12,50 euros/hora. Não sabe precisar se foi ajustado ao quilómetro. Acrescentou que o senhor presidente tem poderes de decisão para fazer contratação direta até ao montante em causa. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que o que pretende saber é quanto é que custa um metro desses trabalhos e vai sair de uma reunião de câmara sem o saber e a pessoa que paga não sabe responder. -----

Vice-presidente António Silva, sem se desresponsabilizar insistiu que a contratação pode ser feita pelo senhor presidente e ninguém mais tem intervenção. Depois, a questão de tomar conhecimento do valor, ao fazer o pagamento, é outra. -----

Chefe de divisão António Fernandes, informou de que o município comprou setenta e cinco toneladas de alcatrão para stock, a quarenta e sete euros mais IVA cada tonelada.-

Vereador Jorge Rodrigues, o problema é que depois não se sabe para onde é que vai esse stock. Se vai para uma porta ou estrada de um amigo, que é o que fazem, se vai para o acesso a um armazém de um amigo ou se vai para um eleitor do PSD que tem um espaço para compor. Assim como há camiões que vão carregar ao fornecedor e, já, vão, diretamente para outros sítios. “Nós deveríamos” saber onde é que estão essas setenta e cinco toneladas. -----

Vice-presidente António Silva, quando se fala em stock, é quando o camião chega e descarrega a totalidade, ou não, no armazém e, depois, é distribuído para as várias vias. No armazém têm o dever de preencher uma ficha a discriminar para onde foi o material. Quanto à última afirmação do senhor vereador só tem a dizer o seguinte: - se sai, diretamente, para outros sítios não tem conhecimento nem qualquer responsabilidade porque nunca deu instruções nesse sentido e jamais o mandará fazer. -- Como o senhor vereador deve entender não consegue adivinhar as questões que este lhe vai colocar, mas não o impede que as faça. Não tem que estar preparado para responder no imediato, mas comprometeu-se em tentar reunir dados para responder às suas questões na próxima reunião. -----

Vereador Jorge Rodrigues, no seu entender isto é prejudicial para a câmara porque o património tem diminuído. Quando há uma obra de relevo nunca é medida como deve ser. Nunca se sabe o que é que se tem e é por isso que a câmara está como está, sempre a reduzir. Deu o exemplo de um muro que foi feito em São Cosmado, recentemente, onde a câmara gastou 9.540 euros e, depois, deixa todos os “desgraçados” que precisam de ter estradas em condições, sem acessos, mas a prioridade foi fazer um muro que estava em risco. “Não foi senhora vereadora Cláudia? Era muito importante para a população e está a beneficiar muita gente”. -----

Vice-presidente António Silva, não vai dizer que concorda que o património da câmara não seja relevado porque tudo o que é património contribui para o ativo. -----

Quanto aos resíduos nas valetas, disse que verificou, numa das passagens, que andavam a fazer limpezas à entrada de Fontelo e os resíduos estavam, naquela altura, na estrada. Logo que chegou à câmara alertou o senhor presidente dessa situação e procurou saber o que é que estava acordado com o prestador de serviços. O que lhe foi transmitido foi que estava englobado e que, depois, passariam com sopradores e recolhiam. Efetivamente, passados alguns dias verificou que já tinham sido retirados. Espera que esse serviço esteja englobado. -----

Vereador Jorge Rodrigues, não compreende como é que ao acabarem os trabalhos, ainda estão na dúvida se está, ou não, englobado. “Vocês não verificam as obras. A câmara nem tem moral, infelizmente, de chamar a atenção. Parece que têm medo”. -----

Vice-presidente António Silva, o que lhe parece é que há pessoas que nunca estão satisfeitas com nada. Não vai por em causa o prestador de serviços, seja ele quem for, porque sabe que há grandes equipas que estão envolvidas. Uns com as roçadoras à frente e outros, atrás, com os sopradores a carregar os resíduos para uma viatura. Há outros que pelas limitações que têm, fazem o trabalho por fases. Primeiro, fazem o trabalho com as roçadoras e, se calhar, depois os mesmos indivíduos vão atrás fazer a limpeza. O importante é o resultado final e desde que o cumpram, está tudo bem. -----

Sobre o braço da máquina não quis discutir o que se passou porque, pela negativa, o assunto não tem discussão. Referiu que recebeu, esta semana, o representante da empresa onde esteve a máquina, e não é de Bragança, mas sim de Benavente, Santarém, e ele explicou-lhe a situação. Disse-lhe que a compostura do braço completo envolvia, praticamente, a substituição de peças todas e que, se calhar, compensava comprar um braço novo. Posto isto, perguntou-lhe qual o preço de um braço novo e o foram apresentados dois valores. Dependendo do braço que se iria comprar um teria o custo

de 25 mil euros e o outro 30 mil. Pediu para lhe enviarem o orçamento, por e-mail, para se optar. Para, já, nada mais vai adiantar porque quer aguardar que chegue o orçamento e falar com o senhor presidente sobre o assunto. Quanto à reparação do braço a mesma foi feita numa empresa do concelho e foram substituídos os martelos. O custo desta reparação não chegou aos 1000 euros. -----

Vereador Jorge Rodrigues, o problema está no facto de se ter estado quase um ano sem o equipamento e as estradas podiam estar quase todas limpas e não estão. É preciso apurar quem tem responsabilidades nisto. -----

Vice-presidente António Silva, com certeza que a responsabilidade não será da oposição. Referiu que, também, foi pedido ao fornecedor da empresa de Benavente para fazer constar do orçamento o valor da retoma. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em sua opinião, se o braço que foi reparado está a funcionar bem, não se deveria comprar um novo. No caso de dúvidas perguntem a quem o compôs para saber se precisa mesmo das peças. -----

Vice-presidente António Silva, se, realmente, a compostura vai até 1000 euros, “vamos” ver a durabilidade dos martelos e os quilómetros que vão fazer. Se os mesmos derem alguma garantia de durabilidade é preferível, substituí-los algumas vezes. Também se pode colocar a questão se não será mais vantajoso, anualmente, constituírem-se equipas e pagar às mesmas e se o trabalho sairá melhor, ou não. Deixou uma questão no ar – “qual é a largura da faixa que a máquina pode fazer e qual é a largura que as roçadoras, podem fazer”? Se calhar, o braço faz dois metros e se forem as equipas fazem 3 ou 4. Isto pode ser tudo analisado. -----

Quanto ao projeto do insucesso escolar, os números, já, foram apontados e foi dito que há uma equipa multidisciplinar constituída por três pessoas que sempre estiveram em aditivada, embora, aqui e acolá e à distância. O projeto vai entrar no último ano de execução, em setembro, mas fala-se que pode haver prorrogação. Este projeto pode e

deve contribuir para minimizar o insucesso escolar, mas não se pense que vai fazer com que todos os alunos tenham notas excepcionais. Trata-se de um projeto com algumas especificidades que vão de encontro aos alunos com mais dificuldades e carências. Isto depois é replicado e, de uma forma geral, vai contribuir para o universo total dos alunos, mas não vai fazer qualquer milagre nem a sua função é catapultar, no imediato, a subida das notas. Como já referiu, o projeto é constituído por uma equipa multidisciplinar de três pessoas, uma psicóloga, uma pessoa da área social e uma terapeuta da fala. Envolve várias vertentes, como, vídeos e várias plataformas informáticas onde os alunos e os pais a partir de casa acedem. Os iPad que se emprestaram, no âmbito da pandemia, também foram comprados através desse projeto. Aconselhou os senhores vereadores a virem à câmara, quando entenderem, para que junto da coordenadora do projeto lhes seja feita a apresentação do mesmo e das dinâmicas que têm sido desenvolvidas. Consultam o que entenderem e colocam as questões que julgarem pertinentes. Para concluir disse que o projeto de Armamar tem sido exemplo para muitas câmaras que, constantemente, telefonam para trocar impressões com as “nossas” técnicas porque quer o projeto de Armamar quer o da Régua são de referência na CIM e esta dá essa indicação. Também, foram realizadas duas ou três reuniões com algumas outras câmaras que se vieram apoiar um pouco nas “nossas” técnicas e no “nosso” projeto. Segundo a avaliação, o projeto está a correr muito bem, mas por melhor que corra, não tem reflexos no imediato e não será em três anos que os vai ter. Deveria ter alguma continuidade. Quando se fala em algumas áreas, como a matemática sabe-se que esta, sempre, foi o maior problema em todas as escolas, isto na área das ciências. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação ao Marmelal esqueceu-se de referir que logo em cima, no alto existe um Miradouro muito bonito e está desaproveitado. Está enquadrado numa das paisagens mais bonitas da região e, por isso, deveria fazer-se, ali, um investimento. -----

Vice-presidente António Silva, disse que aquando da visita que fez ao Marmelal também estiveram lá e falaram nisso. -----

Vereador Luciano Gomes, mais uma vez, voltou a falar dos CTT e, já, há mais de um ano que fala do assunto. Desta vez para dizer que, no sábado, esteve com o secretário de estado do PS e uma das coisas que lhe pediu foi a reabertura do posto de Armamar. Disse que este lhe prometeu uma reunião com o presidente dos CTT e ia fazer de tudo para que o posto de Armamar fosse dos primeiros a reabrir. Quer, com isto, dizer que o edifício da junta de freguesia de Armamar não tem condições para ali funcionarem. É custoso saírem dali para, certamente, irem para o mesmo local ou para outro. Gostava que continuassem no edifício da junta de freguesia porque era dinheiro que, ali, ficava. Não entende por que não avançam com a obra, uma vez que o projeto, já, está publicitado. Julga que o problema não deve ser falta de dinheiro. No seu entender a câmara deveria chamar o assunto a si e fazer a obra. Depois, disse que recebeu uma carta, no dia de hoje, mas a mesma deu entrada no município, no dia 18 de junho. Como já realizaram reuniões de câmara depois dessa data o assunto já deveria ter sido discutido. Em relação às piscinas viu comentários no Facebook e no seu entender a câmara deveria justificar o porquê de não terem aberto. Referiu que por diversas vezes tentou aceder ao WiFi do município, quando entra no edifício e tenta fazer a ligação, mas não consegue. Deu o exemplo de outras câmaras onde esteve e logo que se entra nos edifícios aparece uma mensagem a dizer “visitou o município X ou Y”. É um bom exemplo que o município de Armamar devia adotar. Concorda com o que foi dito pelo vereador Jorge em relação à Barragem de Lumiães. Deveria ser dada alguma dinâmica àquele espaço, mas o representante da Gesticção terá uma palavra a dar. -----

Referiu-se às obras no Jardim da Nossa Senhora da Conceição para dizer que, reparou, no dia de hoje, que os paralelos que estão a retirar são os mesmos que estão a colocar.

Não sabe se vai haver algum acerto de contas ou se no projeto vem incluído o valor dos mesmos. -----

Vice-presidente António Silva, quanto ao acesso ao WiFi do edifício da câmara julga que é necessário introduzir um código. Relativamente à barragem já foi falado e no que diz respeito ao o Jardim quando vier o auto haverá oportunidade de verificar essa situação. Quanto aos CTT, enquanto membro do executivo ficará, extremamente, satisfeito se estes reabrirem com todas as valências porque os armamarenses merecem e devem ser tratados do mesmo modo que os utentes de outras estações de correios porque não têm a obrigação de se deslocar para outros sítios para tratar dos seus assuntos, nomeadamente, no que diz respeito às questões financeiras. Quanto ao local onde possam vir a ser instalados, para si é indiferente, mas não irá ser incongruente com aquilo que disse. Se puderem ficar na junta de freguesia com as condições adequadas será uma mais valia. Quanto às obras não poderá responder muito sobre isso porque viu um placard com o projeto conforme o senhor vereador viu e nada mais sabe. Percebe, perfeitamente, que o responsável número um da câmara municipal é o seu presidente e é a ele que cabe receber as pessoas mas se há um projeto e uma intenção, se calhar, não ficaria mal dar a conhecer a todo o executivo. Isso até poderia trazer outras mais valias. Não quer discutir este assunto nem interferir nas autonomias de cada um. Conhece o projeto, de uma forma generalizada, porque teve cuidado de o ir consultar ao setor de obras, do município. -----

Quanto ao ofício que o vereador Luciano disse que recebeu e que diz respeito a melhoramentos na Igreja de Armamar, já, por diversas vezes se falou do assunto e o que, sempre, defendeu foi que os proprietários se deveriam manifestar. Aquando da intervenção do telhado, apesar do risco, concordou em apoiar, mas qualquer intervenção futura apoiaria desde que, para tal, houvesse autorização. Quando recebeu o mesmo ofício disse aos representantes da Comissão Fabriqueira que eles teriam de

tratar de todo o processo de autorização e a câmara, se fosse necessário, apoiaria nesse sentido. Também se apercebeu que a data do ofício é 18 de junho, mas quando vier o senhor presidente poderá responder o porquê de, ainda, não ter vindo a reunião. Quando for apresentado, também, se irá pronunciar sobre o apoio que deve ser dado. No seu entender devem ser desenvolvidos todos os esforços para se pedirem as devidas autorizações, mas a Igreja está sob alçada da Comissão Fabriqueira e não se quer intrometer nos assuntos desta. -----

Vereadora Cláudia Damião, relativamente a essa situação, é verdade que deu entrada, nessa data, esse pedido e o mesmo foi dirigido ao senhor presidente. Teve acesso ao mesmo via lportal por se tratar de um assunto relacionado com o património, seu pelouro. Pelo que sabe o despacho emitido pelo Senhor Presidente era para o assunto ser agendado para vir a reunião de câmara. Ainda, não foi agendado, mas com certeza o senhor presidente trará o assunto para a próxima reunião. Disse, também, que por curiosidade foi fazer o levantamento dos pedidos oficiais de apoio e não existiam. Apenas, pedidos muitos simples, relativos a comunicação entre a Comissão Fabriqueira e a câmara, mais relacionadas com as festas do Corpo de Deus, mas pedidos de apoio financeiro especificamente, não. De qualquer forma, com certeza, virá à próxima reunião de câmara ou quando o senhor presidente entender e, nessa altura, cada um de “nós” se poderá pronunciar. As obras são necessárias. Falam, neste pedido, especificamente, de bancos e do acesso à torre. A Comissão tem os relatórios da Direção Geral de Cultura do Norte, que os fez aquando das visitas ao local e a única recomendação é que, dado ser monumento nacional, que envolvam estas entidades e recebam delas a orientação técnica para a intervenção. -----

No âmbito das interpolações diretas aos contratos de emprego “Inserção Mais”, referiu que, neste momento, estão onze contratos ativos. Isto acaba por ser, sempre, muito dinâmico pois terminam uns e começam outros. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou quando é que terminaram os que estão na relação que lhe deram. A Liliana, a Fátima, a Judite, o Alexandre, o João a Katia. -----

Vereadora Cláudia Damião, referiu que dos contratos mencionados, terminaram os da Katia, João e da Liliana. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que o que quer saber é quando terminou. -----

Vereadora Cláudia Damião, como não estão ativos disse não ter essa informação, mas julga que terminou no final do ano passado, contudo vai verificar. A dona Judite vai terminar este mês e o Alexandre em março de 2021. -----

Vereador Jorge Rodrigues, então, segundo, a senhora vereadora o contrato da Katia terminou no final de 2019? -----

Vereadora Cláudia Damião, disse que tem de confirmar. Relativamente à Liliana, já, terminou em abril ou maio. Disponibilizou-se para fazer um mapa com estes dados para fazer chegar ao senhor vereador. Voltou a referir que os contratos de CEI são dinâmicos, acabam uns contratos e começam outros e, por vezes, não se consegue precisar de memória com exatidão o estado em que se encontram. -----

Vereador Jorge Rodrigues, o que não é dinâmico é a senhora vereadora, no dia 13/03, ter dito que as pessoas estavam no ativo e afinal terminaram em 2019. Alguns continuaram a trabalhar durante este ano, aqui, no edifício e a senhora vereadora, até, disse que estavam no posto do Turismo. -----

Vereadora Cláudia Damião, disse que vai confirmar essa situação. Relativamente a outros assuntos que gostava de abordar e que foram, aqui, ventilados, nomeadamente a questão do sucesso escolar e da candidatura, mais uma vez, referiu que o pelouro não é seu mas dada a natureza do assunto e como, profissionalmente, acaba por ter algum conhecimento gostava de fazer um comentário muito breve. Disse que o investimento em educação não se consegue ver a curto prazo. Introduzem-se as mudanças e, às vezes, só, passadas gerações é que se consegue ver algum resultado positivo. No

entanto, aquilo que se espera deste projeto, já, é algum resultado a curto prazo. Contudo não se pode fazer esta correlação direta e ao invés de “nos” insurgirmos e “ficarmos” muito aflitos por “estarmos” mal posicionados no ranking, onde deve ser centrada a “nossa” análise é no facto de termos subido oitenta lugares. Isto é significativo. E quando é dito – “nós não podemos escolher os alunos”, há algo que é determinante e fala como professora. Os alunos não se escolhem, e ainda bem, toda a gente é importante e a diversidade e heterogeneidade ajudam a complementar o grupo turma e, também, não se podem escolher os professores e aí, já, diria infelizmente. Mas o importante, sem qualquer base de cientificidade, em geral, é que até ao nono ano o que determina o sucesso escolar dos alunos é o poder intelectual da mãe ou do pai, porque fazem o acompanhamento mais sistemático. O reforço que os miúdos não têm tempo de fazer na escola porque são grupos grandes, muitos alunos e às vezes não é necessária essa particularização. A partir do 10.º ano, o fator que intervém, é o poder económico do pai para as explicações. Isto é aceitável? Não. Mas a escola, ainda, que contradiga ou que o seu objetivo seja contradizer aquilo que é o fatalismo da reprodução social, isto é, quem é pobre vai continuar assim a vida toda, quem é menos dotado, intelectualmente, vai continuar a vida toda porque não tem quem o ajude, quem pague as explicações, quem o reforce em casa. Ainda que a escola pretenda, todos os dias, contrariar isto, tem de haver igualdade de oportunidades para todos. Todos têm de ter o mesmo sucesso à partida e à chegada, mas “nós sabemos” que não. “Sabemos que a educação é valorizada e no “nosso” concelho também, mas se calhar, enquanto pais “podemos” fazer um bocadinho mais. Elevar mais a expectativa dos “nossos” alunos e fazer um acompanhamento dos “nossos” filhos. Fazer-lhes ver que “queremos” que vão mais além e haver um acompanhamento mais sistemático e, muitas vezes, isto não acontece. Parece que em determinadas circunstâncias, é quase a escola sozinha a remar contra a maré, a promover o sucesso. É certo que têm havido melhorias porque a

escola tem tido a capacidade de, em termos de avaliação interna, reconhecer o problema e tem tido a capacidade de ir definindo as estratégias e reinventando os planos de melhoria. Por isso é que, se calhar, subir oitenta num ranking é muito, muito bom, apesar de tudo. “Satisfaz-nos? Não, mas vamos valorizar o percurso que está a ser feito”. -----

Vereador Jorge Rodrigues, nessa subida de oitenta lugares, deve haver algum engano porque atrás de Armamar não há oitenta escolas. Devem ter subido oitenta, numa disciplina, não no global. -----

Vereadora Cláudia Damião, disse que vai recuperar o documento onde está essa informação. -----

Vereador Jorge Rodrigues, lamentou o facto de, quase sempre, atribuírem a culpa a terceiros quando as coisas correm menos bem. Aqui, na câmara, têm muito esse defeito de quando há alguma discussão a culpa vai sempre para alguém e agora é para os pais dos alunos. Lembrou que na referida assembleia, também, se falou que não há centros de explicações, pelo que se foi inteirar e soube que existem dois ou três e há outras pessoas competentes para essa função. Voltou a referir-se à proposta que fez, no sentido de a câmara isentar os alunos do jardim-de-infância que se encontram a frequentar o prolongamento das atividades letivas. Entende há uma certa forma de discriminação e falta homogeneidade. -----

Vereadora Cláudia Damião, referiu que isso tem a ver com outros fatores. Já são as limitações Covid-19. -----

Vereador Jorge Rodrigues, sendo assim não entende como é que antes podiam estar todos juntos. -----

Vice-presidente António Silva, explicou, mais uma vez, que não houve limitações. Não se inscreveu quem não quis. Os alunos inscritos no jardim-de-infância, são cerca de setenta e no período de confinamento, ficaram todos em casa. Após esse período o jardim

reabriu e funcionou durante cerca de um mês. Os setenta alunos poderiam ter regressado, mas houve pais que entenderam que os seus filhos não frequentariam. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que quando falou que não deveria haver limitação de inscrições queria dizer que não há limite porque, também, não há gente, mas a interpretação é o Covid-19. -----

Vereadora Cláudia Damião, anotou que não foi isso que o senhor vereador falou. Este perguntou por que é que está a haver limitações para o pré-escolar e aquilo que foi dito é que até ao final das aulas é da gestão agrupamento de escolas. Eles têm quatro ou cinco professores e podem, perfeitamente, desdobrar os alunos e criar mais grupos. É verdade que depois das aulas terminarem, quando começa a componente de apoio à família a responsabilidade é, exclusivamente, do município. E ter, no mesmo espaço, os setenta alunos era difícil mas não se disse a ninguém, vão embora que não são aceites. --

Ainda relativamente à questão do projeto do combate ao insucesso escolar disse que daquilo que pôde acompanhar, minimamente, estavam inscritas no plano financeiro muitas ações. A constituição da equipa multidisciplinar era, apenas, mais uma das iniciativas e esta equipa está a trabalhar, sobretudo, as questões da psicopedagogia e terapia da fala, mas, depois, houve muitas outras ações. Apetrechamento do laboratório de línguas, compraram-se uma série de equipamentos de software e hardware para trabalhar melhor a questão das línguas, sobretudo, francês e inglês que são áreas em que os alunos apresentam dificuldades. Sabe que foi, também, apetrechado o laboratório ao nível das ciências e isso acaba por ser um bom investimento ao nível da ciência e tecnologia. -----

Vice-presidente António Silva, fez um parêntese para dizer que para investimento nos laboratórios, só, disponibilizaram 15% da verba. Acrescentou, ainda, que o programa tinha uma dúzia de medidas e estas têm de ser, obrigatoriamente, seguidas. No início do projeto, a Cim Douro forneceu aos dezanove municípios uma panóplia de medidas e

cada um escolheu as doze ou quinze para por a funcionar no seu concelho, de acordo com as necessidades, porque os territórios não são todos iguais. -----

Vereadora Cláudia Damião, para além da constituição da equipa, do apetrechamento dos laboratórios de línguas e ciências, foi criada uma plataforma informática que explora muito as questões do currículo local, que acaba por ser muito interessante e, no fundo, todas as outras iniciativas, ao nível dos clubes da promoção artística, trabalham a cultura e o património ao nível local. Depois, um conjunto de ações e iniciativas que por aquilo que sabe vinham ajudar a capacitar os alunos para o desenvolvimento de algumas competências, que os tornasse um pouco melhores nas suas aprendizagens. -----

Relativamente à questão da comunidade Búlgara foi feita uma comunicação, esta semana, às autoridades de saúde a pedir colaboração. “Estamos” à espera que eles venham ao local. Também foi feita comunicação ao SEF para que, mais uma vez, consigam, antecipadamente, intervir no processo e fez-se, também, uma comunicação ao nível da CPCJ para o Ministério Público porque já aconteceram três situações de crianças que, acorreram à parte médica e foi-lhes recomendado que fizessem exames no hospital de Lamego e veio a saber-se que acabaram por não ir. Acionou-se a ambulância, mas preferiram ir em viatura própria e nem sequer deram entrada. Já foi reportado ao Ministério Público, agora espera-se que a senhora procuradora “nos” ajude porque há determinadas “situações” para as quais, por vezes, nos sentimos impotentes. Uma vez que citou a CPCJ referiu que decorreu no sábado passado o “10.º Dia da CPCJ” e os técnicos em conjunto com o senhor presidente da comissão organizaram uma edição, ainda que, muito mais simples, online, para passar alguma mensagem. Referenciou uma das pessoas que ajudou a assinalar o dia, a professora Carolina Marta que é uma filha do concelho, filha da Dona Floripes e do senhor Marta de Lumiares. A Carolina foi uma das professoras que esteve no projeto pioneiro do ensino à distância, uma referência para as crianças e jovens de todo o país e foi contactada pela CPCJ para ajudar a preparar um

desafio para este dia e ela aceitou. Em nome do município agradeceu a sua disponibilidade e, sobretudo, felicitou-a por ter sido pioneira no projeto, pelo profissionalismo e pelas intervenções que teve nas suas aulas ao ter feito referência a Armamar, sobretudo à “nossa” Igreja e às suas origens. -----

Informou, com algum lamento, que receberam ontem a notificação de que a candidatura apresentada, conjuntamente, com Tabuaço para a ampliação e requalificação da GR-14, não foi aprovada. Ao que se sabe as verbas estão a ser desviadas para relançar a economia, para os apoios em algumas áreas que ficaram, seriamente, afetadas com esta situação do COVID 19. Reconheceram o mérito do projeto, mas não vai andar para a frente. Conclusão, veio baralhar um pouco o sistema pois a pretensão era ter três percursos, operacionais, até ao final do ano. -----

Felicitou o senhor vereador Jorge pelo seu aniversário, desejando que conte muitos anos, com saúde. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

Informação n.º 33 IDGUA20 – Pedido de certidão de compropriedade – Rosa Teixeira – Santa Cruz – Proc. N.º 17/2020 -----

Transcrição do teor: -----

“*Informação -----*

Informo que a Requerente Rosa Teixeira, contribuinte nº140 336 605, na qualidade de proprietária do prédio rústico sob o artigo matricial nº106, e no Lugar de Premouro, com a área de 0,2800ha, a confrontar de Norte com Alberto da Silva Mesquita, Sul com Alberto da Siva Mesquita, Nascente com Caminho e Poente com Alberto da Silva Mesquita, pretende constituir compropriedade da seguinte forma: -----

- *1/2 indivisa a favor de Jeremias Correia Almeida. -----*
- *1/2 indivisa a favor de José Correia de Almeida. O pedido surge na sequência do preceituado no nº1, do art.º 54, da Lei nº64/2003 de 23/08, o qual refere que a*

celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte constituição de compropriedade carece de parecer favorável da Câmara Municipal da localização dos prédios. -----

Considerando que o pedido se encontra fundamentado e os comproprietários não vão proceder á divisão física dos terrenos e são impróprios para construção, não havendo assim violação do regime legal dos loteamentos, propõe-se a emissão de parecer favorável”. -----

À consideração superior. -----

Informação do dirigente: -----

“Proponho que o pedido de compropriedade, seja enviado para reunião de executivo sendo este o órgão competente para se pronunciar em razão da matéria.” -----

Vice-presidente António Silva, levantou uma pequena questão dado o assunto vir dividido em quatro informações. Apesar de serem quatro artigos são todos da mesma pessoa. Pedem a divisão da compropriedade. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Informação n.º 332DGUA20 – Pedido de certidão de compropriedade – Rosa Teixeira – Santa Cruz – Proc. N.º 18/2020 -----

Transcrição do teor: -----

“Informação -----

Informo que a Requerente Rosa Teixeira, contribuinte nº 140 336 605, na qualidade de proprietária do prédio rústico sob o artigo matricial nº 171, e no Lugar de Ameal, com a área de 1,4000ha, a confrontar de Norte com António da Cunha Cardoso, Sul com Joaquim Saavedra Fernandes, Nascente com Maria Emília da Conceição e poente com Maria Emília da Conceição, pretende constituir compropriedade da seguinte forma: -----

- 1/2 indivisa a favor de Jeremias Correia Almeida. -----
- 1/2 indivisa a favor de José Correia de Almeida Costa. -----

O pedido surge na sequência do preceituado no n.º 1, do art.º 54, da Lei n.º 64/2003 de 23/08, o qual refere que a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte constituição de compropriedade carece de parecer favorável da Câmara Municipal da localização dos prédios. -----

Considerando que o pedido se encontra fundamentado e os comproprietários não vão proceder á divisão física dos terrenos e são impróprios para construção, não havendo assim violação do regime legal dos loteamentos, propõe-se a emissão de parecer favorável. -----

À consideração superior.” -----

Informação do dirigente: -----

“Proponho que o pedido de compropriedade, seja enviado para reunião de Câmara, por ser este o órgão competente para se pronunciar em razão da matéria.” -----

Deliberação: Aprovado, unanimidade. -----

Informação n.º 334DGUA20 – Pedido de certidão de compropriedade – Rosa Teixeira – Santa Cruz – Proc. N.º 19/2020 -----

Transcrição do teor: -----

“Informação -----

Informo que a Requerente Rosa Teixeira, contribuinte n.º 140 336 605, na qualidade de proprietária do prédio rústico sob o artigo matricial n.º 214, e no Lugar de Cabral, com a área de 0,3700ha, a confrontar de Norte com António da Cunha Cardoso e outros, Sul com ribeiro, Nascente com Maria Emília da Conceição e poente com Caminho, pretende constituir compropriedade da seguinte forma: -----

- 1/2 indivisa a favor de Jeremias Correia Almeida. -----
- 1/2 indivisa a favor de José Correia de Almeida Costa. -----

O pedido surge na sequência do preceituado no n.º 1, do art.º 54, da Lei n.º 64/2003 de 23/08, o qual refere que a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte

constituição de compropriedade carece de parecer favorável da Câmara Municipal da localização dos prédios. -----

Considerando que o pedido se encontra fundamentado e os comproprietários não vão proceder á divisão física dos terrenos e são impróprios para construção, não havendo assim violação do regime legal dos loteamentos, propõe-se a emissão de parecer favorável. -----

À consideração superior.” -----

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta” -----

Deliberação: Aprovado, unanimidade. -----

Informação n.º 335DGUA20 – Pedido de certidão de compropriedade – Rosa Teixeira – Santa Cruz – Proc. N.º 20/2020 -----

Transcrição do seu teor: -----

“Informação -----

Informo que a Requerente Rosa Teixeira, contribuinte nº140 336 605, na qualidade de proprietária do prédio rústico sob o artigo matricial nº416, e no Lugar da Covada, com a área de 0,5530ha, a confrontar de Norte com Caminho, Sul com Caminho, Nascente com Estrada e poente com Caminho, pretende constituir compropriedade da seguinte forma: -----

– 1/2 indivisa a favor de Jeremias Correia Almeida. -----

– 1/2 indivisa a favor de José Correia de Almeida Costa. -----

O pedido surge na sequência do preceituado no nº1, do art.º 54, da Lei nº64/2003 de 23/08, o qual refere que a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte constituição de compropriedade carece de parecer favorável da Câmara Municipal da localização dos prédios. -----

Considerando que o pedido se encontra fundamentado e os comproprietários não vão proceder á divisão física dos terrenos e são impróprios para construção, não havendo assim violação do regime legal dos loteamentos, propõe-se a emissão de parecer favorável. -----

À consideração superior.” -----

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta” -----

Deliberação: Aprovado, unanimidade. -----

**Informação n.º 310DGUA20 – Auto de medição n.º I – Regeneração Urbana
– Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de Abril em Armamar –
Trabalhos Complementares** -----

Transcrição do seu teor: -----

“Refere-se o presente auto de medição n.º I a trabalhos complementares «, realizados na empreitada supramencionada, pelo adjudicatário Arcelino Cardoso da Costa, Lda., NIPC 501 995 269, com sede em Castanheiro do Ouro, tarouca, no valor de 5.787,50 €, acrescido de IVA à Taxa em Vigor, pelo que se poderá proceder ao seu pagamento. -----

É competente para autorizar a despesa a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho com a alteração introduzida pela resolução 86/2011 de 4 de abril pelo que a presente informação deve ser enviada à próxima reunião de executivo. -----

Mais informo que este auto de medição só poderá ser pago depois de visto do Tribunal de Contas.” -----

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta” -----

Vice-presidente António Silva, referiu que o presente auto é o primeiro referente aos trabalhos complementares da obra supraidentificada. -----

Vereador Jorge Rodrigues, lembrou que, na última reunião, quando se falou sobre este assunto o senhor presidente da câmara prometeu trazer o relatório destes trabalhos e

o senhor vice-presidente disse que daquela vez passava e ia dar o benefício da dúvida. Quer ver coerência com as palavras em relação a este auto. Perante o que se falou na reunião anterior este auto não pode passar e, por isso, votará contra. -----

Vice-presidente António Silva, o que fez, inicialmente, foi dar a explicação para não haver a confusão dos trabalhos regulares com os complementares. Na reunião anterior disse que ia abrir uma exceção em relação aos autos e que embora os relatórios não fossem obrigatórios, aquilo que abunda não anula e apesar de não serem obrigatórios deveriam ser apresentados. É verdade que disse que ia estar atento e dar mais uma possibilidade. Efetivamente, vem, agora, este primeiro auto que, apesar de nada ter a ver com os outros, é uma sequência. Quando fala em relatórios é para todos os autos. Pediu para o assunto ser retirado da ordem do dia e vai dar mais uma possibilidade pois não quer votar contra o auto quando o aprovou anteriormente e sabe que o trabalho está feito e tem de ser votado. Sobre as obras complementares, também, quer que seja apresentado o relatório ou levantamento daquilo que o senhor arquiteto veio falar numa reunião anterior, sobre o que seriam, possivelmente, as obras a menos. Compreende que das obras a menos, só quando terminarem é que se pode fazer com exatidão o relatório final mas não pede que seja um relatório exato mas sim uma previsão. Perguntou aos senhores vereadores se concordam com a retirada, do assunto, da ordem do dia e que na próxima reunião venha, devidamente, informado e, aí, depois, cada um votará em consciência e de acordo com o que foi feito. Deixou um alerta e pediu ao chefe de divisão, António Fernandes, para ir verificar se aquando da aprovação das obras complementares todos votaram a favor para não haver incoerências. -----

Deliberação: (assunto retirado da ordem do dia, para reagendamento). -----

----- **Encerramento da reunião** -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Forma de votação** -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(António Manuel Almeida Rego da Silva)

(António José da Silva Fernandes)